

**AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS EM ANGOLA
PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS
ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE
PROFESSORES E EDUCADORES DE INFÂNCIA DO DISTRITO DO
BENFICA**

**ADVANCES AND CHALLENGES OF EDUCATIONAL POLICIES IN
ANGOLA FOR THE INCLUSION OF CHILDREN WITH SPECIAL
EDUCATIONAL NEEDS IN PRESCHOOL EDUCATION: PERCEPTIONS OF
PRESCHOOL TEACHERS AND EDUCATORS IN THE BENFICA DISTRICT**

Sinclética Madalena Sebastião Pedro Ngombe¹

João Manuel Correia Filho²

Resumo: Nos últimos tempos, a Educação Inclusiva das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em Angola, tem sido motivo de reflexão fundamentalmente ao nível do ensino uma vez que se considera importante a implementação de políticas educativas em conformidade com as recomendações das organizações internacionais. Desde esta perspectiva, o artigo tem como finalidade analisar os avanços e desafios associados as Políticas Educativas angolanas voltadas as crianças com Necessidades Educativas Especiais na Educação Pré-Escolar a partir da percepção dos professores e educadores de infância do distrito do Benfica para desenvolvimento integral. Assim, o estudo se apoiou numa metodologia qualitativa, configurando-se estudo de caso a partir da revisão bibliográfica

1 Mestre em Mestre em Intervenção Educativa e Social na Infância Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, e-mail - sincengombe@gmail.com

2 Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Évora e pela Universidad de la integracion de las Americas, Professor Auxiliar na Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, Investigador do Centro interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, E-mail: jmcf82@yahoo.com.br , <http://orcid.org/0000-0003-0868-9108> .

e documental, que serviu de suporte na compreensão da política angolana voltada à inclusão destas crianças. Portanto, os resultados corroboraram que além dos avanços no domínio legislativos ainda são muitos os desafios que existem na implementação das Políticas Educativas que concedem direito à educação para todos. Na verdade, há vontade de afrontar este desafio da Educação Especial que nem sempre se afigura fácil mas, as incompatibilidades entre as políticas adoptadas, face ao contexto real da prática educativa precisam de uma melhor atenção e acompanhamento.

Palavras-Chaves: Avanços; Desafios; Políticas Educativas; Necessidades Educativas Especiais; Educação Inclusiva e Educação Pré-escolar.

Abstract: Recently, Inclusive Education for children with Special Educational Needs (SEN) in Angola has been a subject of reflection, particularly at the educational level, as the implementation of educational policies in line with international organizations' recommendations is considered important. From this perspective, the article aims to analyze the advances and challenges associated with Angolan Educational Policies for children with Special Educational Needs in Preschool Education, based on the perceptions of teachers and early childhood educators from the Benfica district for integral development. Thus, the study relied on a qualitative methodology, configured as a case study based on bibliographic and documentary review, which supported the understanding of the Angolan policy focused on the inclusion of these children. Therefore, the results corroborated that, despite the legislative advancements, many challenges still exist in the implementation of Educational Policies that ensure the right to education for all. In fact, there is a willingness to face this Special Education challenge, which is not always easy, but the incompatibilities between the adopted policies, in relation to the real context of educational practice, need better attention and monitoring.

Keywords: Advances; Challenges; Educational Policies; Special Educational Needs; Inclusive Education; Preschool Education.

Introdução

A implementação de políticas educativas eficazes para crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) constitui um dos maiores desafios do sistema educacional global, e em Angola, essa realidade não é diferente. De acordo com a Lei nº 17/16, de 7 de outubro de 2016 (Lei de Bases do Sistema de Educação), a educação inclusiva é um direito fundamental de todas as crianças, incluindo aquelas com NEE. No entanto, a execução plena dessas políticas em Angola enfrenta obstáculos significativos, e ainda é evidente a fragilidade na implementação e cumprimento das diretrizes estabelecidas, o que impede uma inclusão efetiva no processo educativo.

Este artigo resulta de um estágio realizado em uma instituição de ensino no distrito do Benfica, onde foi observado um número reduzido de crianças com NEE nas turmas de educação pré-escolar. Esse cenário motivou uma análise aprofundada para identificar as principais barreiras e propor estratégias que assegurem o respeito aos direitos dessas crianças, conforme determinado pela legislação vigente. A Lei nº 10/16, de 27 de julho de 2016, que estabelece as normas gerais, condições e critérios de acessibilidade para pessoas com deficiência, também constitui um pilar importante para a inclusão dessas crianças, mas a sua implementação nas escolas ainda enfrenta desafios consideráveis, como a falta de infraestrutura adequada e a escassez de materiais pedagógicos especializados.

A revisão bibliográfica e o estudo de campo permitiram identificar uma série de desafios estruturais e sociais que dificultam a universalização do direito à educação para todas as crianças. Pereira (2015) e Ferreira (2012) alertam para a escassez de recursos humanos qualificados e a falta de formação específica para professores, aspectos que comprometem a qualidade do ensino para crianças com NEE, especialmente na educação pré-escolar. A falta de profissionais especializados em Educação Especial, como também destaca Almeida (2017), impede a adaptação do currículo e a aplicação de metodologias inclusivas que atendam de maneira eficaz às necessidades dessas crianças.

Além disso, a deficiência de infraestruturas adequadas, como salas de aula adaptadas e

materiais didáticos que respondam às especificidades das crianças com NEE, é um fator crítico no processo inclusivo. A Resolução nº 6/09, de 20 de janeiro, que orienta a implementação da educação inclusiva, define diretrizes importantes, mas sua aplicação ainda é limitada, especialmente em regiões periféricas como o distrito do Benfica.

Em face desses desafios, a Educação Especial em Angola se configura como um campo complexo que exige uma abordagem integrada. Superar as barreiras existentes demanda não apenas investimentos em infraestrutura, mas também políticas públicas mais inclusivas, formação contínua para educadores, e a adaptação das práticas pedagógicas nas instituições de ensino. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada por Angola, também reforça a necessidade de promover a educação inclusiva como um direito universal, o que exige uma transformação estrutural no sistema educacional do país.

Este artigo tem como objetivo analisar os avanços e desafios das políticas educativas em Angola voltadas para a inclusão de crianças com NEE na educação pré-escolar, a partir das percepções de professores e educadores de infância do distrito do Benfica. Serão analisadas as estratégias adotadas, os obstáculos enfrentados no cotidiano escolar e as soluções propostas pelos próprios profissionais para melhorar a inclusão dessas crianças no ambiente escolar.

Política Nacional de Educação Especial orientada para a inclusão em Angola

As políticas educativas voltadas para a inclusão ganharam destaque nos âmbitos internacional, nacional e local, tornando-se um importante campo de investigação científica nas últimas décadas. Essas políticas têm sido fundamentais para possibilitar a inserção de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no pré-escolar. O objectivo é entender, na prática actual, como a inclusão está sendo implementada no contexto do pré-escolar em Angola.

De acordo com Santos (2014), no final do século XIX, movimentos pela educação inclusiva começaram a ganhar mais visibilidade, como os fóruns mundiais que lutavam pela igualdade de

direitos das pessoas com deficiência. Em 1959, na Dinamarca, os serviços de atendimento aos “excepcionais” foram criados com o objectivo de oferecer condições de vida que se assemelhassem às das pessoas sem deficiência (Ribeiro, 2003, citado por Santos, 2014).

Nos Estados Unidos, na década de 1970, uma lei descrita como “revolucionária” por Goodman (1976, citado por Cardoso, 2006, e Santos, 2014) promoveu o ensino de crianças com deficiência junto aos seus pares de maneira universal e gratuita, assegurando serviços justos e adequados (Santos, 2014). Deste modo, a política educativa inclusiva no pré-escolar busca integrar as crianças com NEE ao sistema educativo. Segundo Figueiredo (2018), essa inclusão depende tanto das características das crianças quanto dos recursos e oportunidades oferecidas. A UNESCO destaca três direitos fundamentais: i) o direito à educação, incluindo o pré-escolar; ii) o direito à igualdade de oportunidades, para que as crianças com deficiência tenham as mesmas condições que as outras; iii) o direito à participação social, que envolve o acesso a serviços e espaços da comunidade.

Em Angola, após a independência, a educação especial foi oficialmente introduzida em 1979 pela Circular nº 56/79, de 19 de outubro. O governo, em 2003, com o Decreto Lei nº 7/03, de 17 de junho criou o INEE, que fortaleceu as políticas de inclusão educacional para crianças com NEE em centros infantis e escolas regulares, oferecendo atendimento especializado.

No entanto, muitas crianças de 5 anos, especialmente as com NEE, enfrentam dificuldades para acessar o pré-escolar devido à falta de centros infantis públicos, que foram substituídos por instituições privadas. As crianças com NEE enfrentam barreiras significativas para concluir essa etapa de ensino. Para melhorar essa situação, o Estado deve implementar medidas como a formação contínua de educadores, adaptação de currículos e recursos pedagógicos, e a criação de comissões nas instituições responsáveis pela inclusão.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial, parte da Política Nacional de Educação Especial, visa sensibilizar a população para os desafios enfrentados pelas crianças com NEE. Entre os objectivos do plano estão: eliminar estigmas, melhorar a integração, aumentar os serviços de atendimento, capacitar recursos humanos e adaptar infraestruturas.

A Lei de Bases do Sistema de Educação Angolano, Lei nº 17/16, de 31 de dezembro, prevê no artigo 84º que o Estado deve garantir condições de acessibilidade para pessoas com NEE, incluindo adaptações arquitetónicas em escolas e centros infantis. Estes fins só serão alcançados com ajuda de todos e principalmente do Estado quando colocar as condições de acessibilidade de pessoas com necessidades educativas especiais, a acessibilidade as crianças com necessidades físicas, eliminação de barreiras arquitetónicas para circulação, para permitir acesso aos espaços de uso colectivo; reserva de vagas em estacionamento nas proximidades das unidades de serviço; construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, para facilitar a circulação de cadeira de rodas; adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeirantes; colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavatórios, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para que o processo de inclusão educacional seja efectivo, o Estado precisa adoptar medidas que contribuam para sua concretização. Entre essas medidas estão a formação contínua de educadores e profissionais especializados, a produção e adequação de materiais pedagógicos, a oferta de assessoria psicopedagógica e a adaptação das estruturas curriculares. Além disso, é essencial que todos os envolvidos no processo educativo reflitam sobre as práticas inclusivas. A criação de comissões ou núcleos nas próprias instituições, responsáveis por promover ações de inclusão, também é necessária.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial é outro indicador da Política Nacional de Educação Especial voltada para a inclusão em Angola. Esse plano serve como um instrumento para definir as acções necessárias à realização dos objectivos pretendidos. Seu propósito é conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre os desafios enfrentados por crianças e alunos com necessidades educativas especiais, sejam elas temporárias ou permanentes. Nesse sentido, os objectivos específicos do plano são:

1. Reduzir e eliminar o estigma e a discriminação contra pessoas com deficiência;
2. Melhorar e consolidar o processo de integração de pessoas com necessidades educativas

- especiais, sejam elas permanentes ou transitórias;
3. Ampliar e melhorar os serviços de atendimento escolar voltados à Educação Especial em Angola;
 4. Fortalecer a formação e capacitação dos recursos humanos na área da Educação Especial;
 5. Desenvolver um programa abrangente de capacitação de professores em práticas inclusivas;
 6. Construir e reabilitar infraestruturas adequadas ao desenvolvimento da Educação Especial;
 7. Estabelecer centros de recursos para a inclusão escolar em todas as províncias de Angola;
 8. Promover pesquisas sobre a problemática das necessidades educativas especiais, sejam elas temporárias ou permanentes (INEE, 2006).

Embora haja esforços do governo para promover a inclusão, ainda são insuficientes diante das demandas. A educação inclusiva requer não apenas a criação de leis, mas também sua efetiva implementação. Como apontam Cunha, Alves, & Duarte (2014), a inclusão é um processo colaborativo que envolve educadores, governantes e a sociedade em geral, e deve reconhecer e valorizar a diversidade.

A política de educação inclusiva em Angola é amparada por diversas leis, como a Constituição da República, o Estatuto da Modalidade de Educação Especial, e a Lei das Acessibilidades. Em 2016, foi implementada a Política Nacional de Educação Especial voltada para a Inclusão Escolar, que prevê a transversalidade da educação especial em todos os níveis de ensino e a formação de educadores e professores especializados.

Finalmente, a modalidade de educação especial em Angola, protegida pela Política Nacional de Educação Especial, necessita de mais serviços e oportunidades para o desenvolvimento das crianças com NEE. Ignorar essa problemática pode resultar em graves consequências para o desenvolvimento dessas crianças, cujas primeiras experiências são determinantes para o futuro.

Avanços na política educativa angolana face à inclusão de crianças Necessidades Educativas Especiais na Educação Pré-Escolar

Os avanços na política educativa angolana, no que se refere à inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) na Educação Pré-Escolar, reflectem o compromisso crescente do governo com a promoção de uma educação inclusiva. Nos últimos anos, diversas iniciativas e políticas foram desenvolvidas com a finalidade de garantir que as crianças com NEE tenham acesso à educação de qualidade desde a primeira infância, respeitando os princípios de igualdade e inclusão.

Dessa forma, a implementação de Políticas Educacionais Inclusivas é considerada um avanço crucial. Com base na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (2016), a educação inclusiva foi estabelecida como prioridade nacional. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2022 inclui metas específicas para a criação de condições que assegurem o acesso e a permanência de crianças com NEE nas instituições infantis, incluindo o nível pré-escolar.

Porém, com as adequações feitas em 2020, os termos “necessidades educativas especiais” e “transtornos de desenvolvimento ou aprendizagem” foram substituídos por “pessoa com deficiência” e “autistas”. Assim sendo, actualmente, a educação especial é considerada uma modalidade de ensino transversal a todos os subsistemas, destinada às pessoas com deficiência, educandos com altas habilidades, sobredotados e autistas, visando sua integração socioeducativa (ANGOLA, 2020).

Por isso, a Política Nacional de Educação Especial define como público-alvo alunos com deficiência, com transtorno do espectro autista e sobredotados ou com altas habilidades. Nos últimos 10 anos, o governo angolano tem demonstrado maior compromisso com a inclusão de pessoas com deficiência, devido à vulnerabilidade e ao risco de marginalização dessas pessoas (ANGOLA, 2012). A Lei n.º 21/12, de 30 de julho define a pessoa com deficiência como aquela que apresenta dificuldades específicas, resultantes de uma anomalia ou perda funcional, que a limitam em igualdade de condições com outras pessoas.

Cabe destacar que os artigos 22º e 23º dessa Lei garantem o direito à educação, à cultura e à ciência para todas as pessoas com deficiência, prevendo que o Estado deve adoptar medidas específicas para assegurar o acesso dessas pessoas à educação inclusiva, por meio de recursos e instrumentos adequados à aprendizagem e comunicação. Além disso, o direito à cultura e ciência também é assegurado, com a criação de condições específicas e recursos para suprir as limitações.

Outro diploma legal importante considerado como um avanço é a Lei das Acessibilidades Lei n.º 10/16, de 27 de junho que estabelece normas gerais e critérios de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada. Essa lei também prevê que o Estado deve garantir condições de acessibilidade em espaços públicos e educacionais, sendo essa uma prioridade do Ministério da Educação na construção de infraestruturas adequadas, tanto em centros infantis quanto em escolas especiais.

Dessa forma, esses decretos permitiram a descentralização dos serviços do Instituto Nacional de Educação Especial, com a criação dos Gabinetes Provinciais de Atendimento aos Alunos com NEE que constitui um avanço significativo no processo de gestão. Esses gabinetes, além de oferecer autonomia patrimonial e financeira, são responsáveis pela execução das políticas de educação especial nas províncias.

Assim sendo, a criação de uma Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar, pelo Decreto Presidencial n.º187/17, de 16 de agosto, representa o ponto mais alto dos avanços na política educativa angolana no que tange à inclusão. A implementação de políticas e práticas para eliminar barreiras à participação de todas as crianças é notável, especialmente em relação à adaptação curricular, treinamento de educadores e criação de ambientes acolhedores.

Outrossim, a promoção da educação inclusiva é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Outro avanço importante é a crescente conscientização sobre a importância da educação inclusiva. O governo tem promovido campanhas de sensibilização para combater estigmas e preconceitos relacionados às crianças com NEE, envolvendo educadores, gestores, famílias e comunidades.

Além disso, a implementação de gabinetes psicopedagógicos em algumas escolas e centros infantis oferece apoio especializado às crianças com NEE, como serviços de psicologia, terapia ocupacional e terapia da fala. Assim sendo, as directrizes curriculares para a educação pré-escolar têm sido ajustadas para incorporar práticas pedagógicas inclusivas.

Por fim, Angola tem buscado cooperação com organizações internacionais, como a UNESCO e a UNICEF, para fortalecer as suas políticas educacionais inclusivas. Esses esforços têm gerado programas de formação, materiais pedagógicos inclusivos e apoio técnico, criando uma educação mais equitativa. Dessa forma, a inclusão de crianças com NEE na Educação Pré-Escolar em Angola tem avançado gradualmente. Entretanto, para que esses avanços tenham impacto a longo prazo, será necessário um esforço contínuo e coordenado entre o governo, instituições educacionais e a sociedade civil.

Portanto, observa-se um avanço significativo a nível da legislação e adequação aos parâmetros internacionais, mas a implementação de políticas educativas integradas voltadas a crianças com NEE ainda está a quem dos padrões exigidos. Porém, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados, como a resistência a mudanças nas práticas educacionais tradicionais e a falta de recursos adequados.

Os desafios da política educativa angolana face à inclusão de crianças Necessidades Educativas Especiais na Educação Pré-Escolar

A política nacional de educação actual, com uma abordagem inclusiva, representa um avanço significativo no cumprimento dos desafios da educação como um direito humano, conforme estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vale ressaltar que, embora a política educativa de Angola dedique esforços e recursos para assegurar o princípio da universalidade e a inclusão de todos no sistema educacional, ainda há muito a ser feito para atingir resultados mínimos satisfatórios.

Deste modo, os desafios da política educativa angolana em relação à inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) na Educação Pré-Escolar são diversos e complexos. Neste sentido, apesar de avanços em políticas públicas em Angola e no reconhecimento da educação como um direito universal, a efectivação da inclusão no nível pré-escolar ainda enfrenta entraves significativos. Assim, depois de uma revisão bibliográfica e documental possibilitou traçar de forma síntese os seguintes desafios:

- A necessidade de criação de infraestruturas apesar dos recursos limitados - A falta de instalações adequadas e recursos materiais especializados é um dos principais desafios. Muitos centros infantis e escolas do ensino primário que leccionam iniciação não possuem acessibilidade física ou materiais pedagógicos adaptados para atender as necessidades de crianças com NEE, como materiais sensoriais, tecnologias assistidas e ambientes adequados para diferentes tipos de deficiência.
- Formação de Educadores e outros especialistas - A capacitação insuficiente de educadores é um obstáculo crítico ainda, uma vez que os profissionais da Educação Pré-Escolar muitas vezes carecem de formação específica para trabalhar com crianças com necessidades especiais. Neste sentido, o desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade nas salas de actividades, incluindo o conhecimento sobre abordagens inclusivas, é essencial para garantir uma educação de qualidade para essas crianças.

A formação de educadores não seja uma solução mágica para garantir a inclusão ou eliminar todas as dificuldades nas salas de actividades, ela proporciona uma nova forma de encarar o processo educativo, levando os educadores a questionar suas práticas. Deste modo, o Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola (2018-2022) representa o segundo exercício de médio prazo no âmbito do Sistema Nacional de Planeamento do país. Neste documento, são projectados objectivos relacionados às diversas esferas da vida social e política, incluindo a educação. A garantia do ensino primário

obrigatório e gratuito, bem como a formação de educadores com um perfil adaptado aos novos currículos e métodos de ensino e aprendizagem, estão entre os objectivos voltados para a educação.

De acordo com esse plano, as acções prioritárias para a Educação Pré-escolar na perspectiva da educação especial incluem a capacitação de intérpretes em língua gestual angolana, a formação de educadores, professores e gestores em inclusão educativa, a criação de salas de inclusão nos centros infantis e escolas primárias aonde consta a iniciação e a implementação de gabinetes psicopedagógicos e profissionais nas instituições (ANGOLA, 2018). A capacitação e formação de Educadores são vistas como desafios cruciais para o avanço das políticas de educação inclusiva. Como defende Machado (2009), é fundamental romper com conceitos pré-estabelecidos sobre crianças com deficiência e abrir centros infantis e escolas para que todos aprendam juntos, garantindo uma formação contínua para os educadores, a fim de que possam lidar adequadamente com a educação das crianças.

- Apoio especializado aos centros infantis e escolas do ensino primário - Em muitos casos, as instituições pré-escolares em Angola não contam com apoio psicopedagógico ou equipas multidisciplinares para auxiliar no acompanhamento das crianças com NEE. A falta de psicólogos, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais e outros especialistas dificulta a criação de um ambiente inclusivo e de suporte adequado para o desenvolvimento dessas crianças.
- Sensibilização e conscientização - A inclusão de crianças com NEE também requer uma mudança de atitude por parte de toda a comunidade, incluindo gestores, educadores, famílias e a sociedade em geral. A falta de programas eficazes de sensibilização contribui para a exclusão ou tratamento inadequado dessas crianças, perpetuando preconceitos e barreiras sociais.
- Políticas públicas e financiamento - Embora haja directrizes nacionais voltadas para a inclusão de crianças com NEE, a implementação dessas políticas enfrenta desafios devido à escassez de recursos financeiros.

A alocação insuficiente de verbas para a Educação Especial impede a execução efectiva das iniciativas inclusivas, como a criação de salas de inclusão, formação continuada para educadores e adequação das instituições pré-escolar. Este aspecto constitui um desafio importante no que tange à distribuição de recursos financeiros no Orçamento Geral do Estado a cada ano especificamente para a Educação Especial na perspectiva inclusão. Nos últimos cinco anos, os direcionamentos orçamentários para a educação demonstram um descompasso entre o compromisso assumido na política de uma educação cada vez mais inclusiva e as decisões efectivamente tomadas.

- Monitoramento e avaliação - A ausência de sistemas eficazes de monitoramento e avaliação das políticas inclusivas é outra dificuldade. Sem uma supervisão adequada, é difícil mensurar o progresso das iniciativas e identificar áreas que precisam de melhorias.

Apesar desses desafios, Angola tem mostrado compromisso com a inclusão educacional por meio de planos estratégicos como o Plano Nacional de Desenvolvimento, que estabelece metas relacionadas à formação de educadores, criação de salas inclusivas e apoio psicopedagógico. No entanto, para que essas medidas tenham impacto, será necessário um esforço conjunto entre governo, sociedade civil e comunidades educativas, visando garantir que crianças com NEE tenham acesso a uma educação pré-escolar inclusiva e de qualidade.

Os desafios acima são considerados essenciais e uma condição sine qua non, que vai permitir o cumprimento dos princípios de universalidade e obrigatoriedade estabelecidos na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de Angola que observa que:

O sistema de educação e ensino tem carácter universal, pelo que, todos os indivíduos têm igual direitos no acesso, na frequência e no sucesso escolar nos diversos níveis de ensino, desde que sejam observados os critérios de cada subsistema de ensino, assegurando a inclusão social, a igualdade de oportunidades e a equidade, bem como a proibição de qualquer forma de discriminação (ANGOLA, 2016c, p. 3995).

Qualquer iniciativa relacionada às políticas públicas voltadas para a educação inclusiva em Angola deve, em primeiro lugar, resolver a questão da efectivação do princípio da universalidade, uma vez que este é considerado a principal barreira a ser superada. Como destaca Gimeno Sacristán:

“Ingressar, estar, permanecer por um tempo nas escolas, em qualquer tipo de instituição escolar é uma experiência tão natural e cotidiana que nem sequer tomamos consciência da razão de ser da sua existência, da sua contingência, de sua possível provisoriedade no tempo, das funções que cumpriu, cumpre ou poderia cumprir, dos significados que tem na vida das pessoas, nas sociedades e nas culturas” (Sacristán, 2001, p. 11).

Portanto, a naturalização do acesso, permanência e sucesso no centro infantil ou na escola ainda é um desafio a ser enfrentado, mesmo por países mais desenvolvidos no sector educacional. Assim, Angola, diante das diversas dificuldades sociais que afectam as famílias e as instituições públicas, tem o compromisso difícil de garantir o princípio da universalidade, assegurando que este direito humano seja efectivado como um elemento indispensável.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia do estudo segue uma abordagem qualitativa, inserindo-se no paradigma interpretativo da pesquisa em educação. O objectivo central não é a generalização, mas a interpretação de um fenómeno específico dentro de um contexto educacional, conforme defendido por Sampieri (2010) e Bogdan & Biklen (2013). A pesquisa busca entender, e não apenas mensurar, os fenómenos estudados, oferecendo uma compreensão aprofundada do contexto e da visão dos sujeitos investigados. A escolha do estudo de caso como procedimento permite uma análise detalhada da realidade das políticas educativas voltadas para crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), como enfatiza Sampieri (2010). A metodologia também é descritiva e interpretativa, uma vez que, além de descrever as características da instituição estudada, busca compreender as relações e significados envolvidos nas políticas educacionais.

O estudo envolveu seis participantes, sendo quatro professores e dois educadores de infância de idades entre 24 e 49 anos. A selecção dos participantes foi pautada pela experiência prática com NEE, e não por critérios de género ou idade, resultando em uma amostra diversa. Todos os participantes possuíam formação em áreas relacionadas à Educação Infantil e Ensino Primário, com uma experiência de leccionação que variava entre 2 e 12 anos.

Para a recolha de dados, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e análise documental, considerando a complexidade do tema e a necessidade de obtenção de informações ricas e variadas. A entrevista, conforme sugere Bogdan & Biklen (1994), foi escolhida por sua capacidade de capturar as perspectivas e opiniões dos participantes sobre as políticas educativas. Além disso, a análise documental dos principais documentos legais e institucionais sobre as NEE em Angola (como a Lei nº 17/16 e o Decreto Presidencial nº 187/17) foi fundamental para contextualizar e embasar teoricamente a pesquisa. A recolha de dados envolveu a preparação cuidadosa dos entrevistados, garantindo um ambiente de confiança, a confidencialidade e a interpretação dos dados de forma ética.

A análise das entrevistas seguiu a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2004), utilizando categorias de análise predefinidas, como acesso à educação inclusiva, formação de professores, recursos pedagógicos, participação dos pais, e os avanços e desafios das políticas educativas. O processo de categorização permitiu organizar e interpretar os dados de forma clara e objectiva, identificando temas comuns e divergentes nas percepções dos participantes, o que auxiliou na compreensão aprofundada das políticas e práticas educacionais relacionadas às NEE em Angola.

Análise e discussão dos resultados

Após a recolha das informações, as entrevistas foram transcritas e categorizadas com base em elementos essenciais para facilitar o agrupamento dos dados, utilizando o processo metodológico do Discurso do Sujeito Colectivo. Esse processo permitiu a criação de uma estratégia metodológica que possibilitou uma compreensão mais clara e transparente dos discursos dos participantes. Portanto,

para uma melhor compreensão da informação recolhida e analisada nas entrevistas aos professores e educadores, de forma a facilitar a leitura dos resultados obtidos, decidiu-se por transcrever parte das suas respostas, tendo como ponto de partida sua percepção e em seguida a análise descritiva com vista a dar resposta à questão de partida.

Categoria 1 - Acesso à Educação Inclusiva

Nesta categoria procurou-se identificar se a instituição esta adaptada para receber crianças com necessidades educativas especiais. Deste modo, por meio da entrevista aos os professores e educadores relataram o seguinte:

Entrevistado 1: “Infelizmente, não estamos totalmente preparados. Temos boas intenções e estamos começando a fazer algumas adaptações, mas faltam recursos específicos e formação especializada...”

Entrevistado 2: “Acredito que estamos no caminho certo, mas ainda há muito a fazer”...

Entrevistado 3: “Não, acho que ainda estamos longe de estar preparados. Embora tenhamos começado a pensar em inclusão, a infraestrutura não é adequada, faltam professores especializados, e os recursos pedagógicos são insuficientes para atender crianças com diferentes tipos de necessidades.”

Entrevistado 4: “Temos algumas adaptações, mas ainda não considero a instituição plenamente inclusiva. Falta uma política mais ampla de formação contínua para os professores e um acompanhamento especializado para as crianças com NEE.”

Entrevistado 5: “A instituição tenta se adaptar, mas enfrentamos muitas limitações. Precisamos de mais apoio e recursos para alcançar uma inclusão efectiva.”

Entrevistado 6: “Na minha opinião, ainda não estamos prontos. Temos algumas iniciativas, como formações pontuais e adaptações básicas no espaço físico, mas isso não é suficiente.”

Essas respostas mostram que, a instituições não está totalmente preparada para receber crianças com NEE. Existem alguns esforços e adaptações, mas todos destacam a necessidade de mais recursos, formação especializada e uma infraestrutura mais inclusiva para atender adequadamente

essas crianças.

O acesso à educação inclusiva é fundamental para garantir que todas as crianças, independentemente de suas necessidades, possam desenvolver seu potencial máximo em um ambiente seguro e acolhedor. Essa abordagem não apenas promove a igualdade de oportunidades, mas também enriquece a experiência educativa, permitindo que alunos com e sem necessidades educativas especiais aprendam uns com os outros e cultivem empatia e respeito pela diversidade

Nesta perspectiva, a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de Angola, Lei n.º17/16, de 7 de outubro, no seu quadro legal para a organização e funcionamento do sistema educativo no país orienta a necessidade do acesso para a escola à todos por meio da Educação Inclusiva. Ela define a Educação Inclusiva como um princípio fundamental para garantir o acesso de todos os alunos, incluindo aqueles com Necessidades Educativas Especiais (NEE), a uma educação de qualidade. Deste modo o artigo 21.º foca o direito à educação para todos os cidadãos, sem discriminação, incluindo os alunos com NEE, promovendo o acesso igualitário à educação e a implementação de políticas de inclusão nas instituições de ensino.

A lei também prevê a criação de condições especiais para garantir que as crianças com NEE tenham acesso ao currículo escolar de forma adaptada, a partir da Política Nacional de Educação Especial, reforçando a importância de uma educação inclusiva e equitativa. Esta ideia é também defendida por Magalhães (2012) que reforça que o acesso a inclusão deve ser vista como um processo contínuo de transformação das instituições, que precisam adaptar-se para atender a todos as crianças, independentemente de suas necessidades. Deste modo, uma mudança de mentalidade, onde as instituições devem ser preparadas para incluir todas as crianças, valorizando suas diferenças.

Portanto, para que a educação inclusiva se torne uma realidade, é crucial que haja um comprometimento conjunto entre o governo, as instituições de ensino e a sociedade, com investimentos em recursos, formação adequada e adaptações curriculares. Assim sendo, ao construir um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, está-se não apenas respeitando os direitos de todas as crianças, mas também contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa.

Ainda na categoria acesso à Educação Inclusiva procurou-se identificar as principais dificuldades e barreiras enfrentadas pelas crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) na instituição, com o intuito de propor estratégias de intervenção pedagógica e inclusão escolar que atendam às suas necessidades de forma eficaz. Neste sentido, os entrevistados alegaram:

Entrevistado 1: “A maior dificuldade é a falta de recursos especializados, como professores de apoio e materiais adaptados. Muitas vezes, as crianças com NEE acabam ficando para trás porque o currículo não é adaptado às suas necessidades.”

Entrevistado 2: “Notamos que a acessibilidade física é um problema. Algumas salas de atividades não são adequadas para crianças com dificuldades motoras, e os espaços comuns, como o refeitório e os banheiros, não são adaptados.”

Entrevistado 3: “Há uma falta de capacitação dos professores para lidar com as diferentes condições das crianças com NEE. Muitos educadores não sabem como ajustar suas práticas para atender melhor a essas crianças.”

Entrevistado 4: “As crianças com NEE enfrentam dificuldades de socialização. Muitas vezes, elas são isoladas dos outros alunos porque não há incentivo suficiente para a integração entre as crianças com e sem necessidades especiais.”

Entrevistado 5: “Falta um acompanhamento individualizado. Cada criança com NEE tem desafios específicos, mas a instituição acaba adotando uma abordagem generalizada que nem sempre resolve as necessidades de cada um.”

Entrevistado 6: “Falta de apoio psicopedagógico. As crianças com NEE precisam de mais suporte emocional e psicológico para lidar com as dificuldades de aprendizagem, mas não temos profissionais especializados.”

Essas respostas ilustram diferentes dimensões dos desafios, como recursos materiais, acessibilidade, capacitação profissional e integração social. As crianças com NEE enfrentam uma série de desafios dentro das instituições de ensino, que afectam tanto seu desenvolvimento acadêmico quanto social.

Essas ideias vêm reforçada por Mantoan (2003) que considera que uma das maiores dificuldades enfrentadas por essas crianças é a falta de acessibilidade, tanto física quanto pedagógica. As instituições, muitas vezes, não estão adequadamente preparadas para atender às especificidades

de cada criança, o que inclui desde a infraestrutura adaptada até a ausência de materiais didáticos diferenciados. Essa realidade faz com que crianças com NEE sejam excluídas de actividades que poderiam beneficiar seu aprendizado, comprometendo seu processo educacional.

Além da infraestrutura inadequada, outro desafio importante diz respeito à formação dos educadores. Conforme abordado por Kassir (2011), muitos professores ou educadores ainda não possuem capacitação adequada para trabalhar com a diversidade de necessidades que essas crianças apresentam. A falta de preparação e de estratégias pedagógicas inclusivas pode levar à exclusão dentro da sala de aula, criando barreiras para a plena participação das crianças com NEE no ambiente escolar. Para essas crianças, o aprendizado é um processo que requer adaptações específicas, e a ausência de formação contínua para os educadores limita a eficácia de qualquer esforço inclusivo.

Por fim, um dos desafios mais mencionados por autores como Mittler (2000) é a falta de apoio emocional e psicopedagógico adequado dentro das instituições. Crianças com NEE frequentemente enfrentam não apenas dificuldades académicas, mas também questões emocionais decorrentes de sua exclusão social e estigmatização. Sem um acompanhamento especializado, como psicólogos e assistentes sociais, muitas vezes essas crianças não recebem o suporte necessário para superar barreiras emocionais e comportamentais que afectam directamente seu rendimento e bem-estar.

Em síntese, as principais dificuldades enfrentadas pelas crianças com NEE nas instituições estão directamente relacionadas à falta de adaptação dos espaços, à formação insuficiente dos educadores e ao apoio psicopedagógico inadequado. Deste modo, para garantir uma verdadeira inclusão, é necessário que as instituições não apenas se adequem em termos de infraestrutura, mas também desenvolvam estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam o desenvolvimento integral dessas crianças.

Categoria – 2. Formação de Professores/Educadores em matérias de NEE

Nesta categoria procurou-se constatar a existência e a efectividade dos programas de formação

contínua oferecidos pela instituição para professores e educadores, visando capacitá-los para lidar com a inclusão de crianças com NEE, e identificar possíveis lacunas que possam ser preenchidas para melhorar o processo inclusivo. Deste modo, os entrevistados afirmaram:

Entrevistado 1: “Não temos programas formais de formação contínua na instituição. O que acontece são algumas formações esporádicas, mas nada que seja sistemático e voltado especificamente para a inclusão de crianças com NEE.”

Entrevistado 2: “Não existe um programa. Normalmente, oferece apenas um seminário muito geral.”

Entrevistado 3: “A instituição promove algumas formações, mas elas não são obrigatórias para todos os professores. Assim, muitos acabam não participando, o que dificulta a implementação de práticas inclusivas consistentes.”

Entrevistado 4: “Nós temos programas contínuos, mas eles são mais voltados para a formação geral dos professores, sem focar especificamente nas crianças com NEE. Falta uma abordagem mais especializada.”

Entrevistado 5: “Sim, participamos de workshops e treinamentos específicos, mas acho que ainda falta um programa de formação contínua que nos dê suporte ao longo do ano. Um treinamento de um dia não é suficiente para lidar com as necessidades complexas das crianças com NEE.”

Entrevistado 6: “Nossa instituição está começando a implementar programas de formação contínua com foco na inclusão. É um bom começo, mas ainda temos um longo caminho a percorrer para garantir que todos os educadores estejam preparados.”

Essas respostas reflectem diferentes níveis de implementação e eficácia dos programas de formação contínua, evidenciando tanto as lacunas quanto os esforços em andamento na área de inclusão. Deste modo, a formação contínua de professores e educadores é essencial para garantir a inclusão eficaz de crianças com NEE.

Como Mantoan (2003) argumenta, a capacitação de educadores deve ser contínua e especializada, para que as práticas inclusivas possam ser implementadas de forma consistente e adaptada às necessidades específicas das. A ausência de programas contínuos e específicos, como mencionado por muitos dos entrevistados, reflete um desafio recorrente em várias instituições, onde a formação oferecida é insuficiente ou não obrigatória, o que compromete a efectividade das iniciativas

inclusivas.

Mittler (2000) complementa essa discussão ao afirmar que o sucesso da inclusão depende do comprometimento institucional em oferecer programas de formação permanente, que garantam que todos os educadores estejam envolvidos e capacitados. O fato de que, em algumas instituições, a formação não é obrigatória (como mencionado na resposta 3) gera uma lacuna no processo inclusivo, uma vez que nem todos os professores e educadores têm acesso às mesmas informações e estratégias.

Portanto, a formação contínua é crucial para garantir que os professores e educadores desenvolvam competências específicas para atender às necessidades dessas crianças de forma eficaz. Desta forma, as instituições precisam investir em programas contínuos, obrigatórios e especializados, com foco tanto no aspecto teórico quanto prático da inclusão.

Categoria 3 - Recursos Pedagógicos e Tecnológicos

Nesta categoria verificou a disponibilidade e adequação dos recursos pedagógicos e tecnológicos na instituição para atender às necessidades educacionais específicas de crianças de 5 anos com NEE, identificando possíveis carências e propondo melhorias que possam facilitar o processo educativo e inclusão dessas crianças. Assim, os entrevistados consideraram:

Entrevistado 1. “Infelizmente, não temos recursos específicos para crianças com necessidades educativas especiais. As nossas ferramentas são direcionadas para o público em geral.”

Entrevistado 2. “Não, a instituição ainda não dispõe de materiais pedagógicos ou tecnológicos adequados para atender às necessidades das crianças com NEE.”

Entrevistado 3. “Actualmente, não oferecemos nenhum recurso especializado para crianças com NEE, tanto em termos de materiais pedagógicos quanto tecnológicos.”

Entrevistado 4. “Não, a instituição carece de recursos adaptados para o atendimento de crianças com necessidades educativas especiais.”

Entrevistado 5. “Infelizmente, ainda não estamos preparados com os recursos tecnológicos e pedagógicos necessários para crianças com NEE.”

Entrevistado 6. “Não, ainda não temos nenhuma estrutura ou ferramenta vol-

tada especificamente para o atendimento de crianças com necessidades educativas especiais na faixa etária de 5 anos.”

Essas respostas demonstram a falta de recursos na instituição para atender adequadamente as crianças com NEE. A ausência de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados para atender crianças com NEE é um desafio significativo nas instituições de ensino. De acordo com Ferreira (2012), a inclusão efectiva de crianças com necessidades educativas especiais depende da disponibilização de recursos apropriados que atendam suas especificidades. Sem esses recursos, a proposta de educação inclusiva torna-se apenas uma formalidade, sem que as crianças recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento.

Vygotsky (1988) alinha no mesmo diapasão ao destacar a importância do ambiente e das ferramentas de aprendizado no desenvolvimento das crianças. Ele argumenta que o uso de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados pode facilitar a aprendizagem e promover a inclusão, permitindo que crianças com NEE participem activamente do processo educativo. A falta desses recursos, portanto, não apenas impede a inclusão, mas também limita o potencial de aprendizado dessas crianças.

Contudo, a ausência de recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados nas instituições educativas compromete a inclusão e o desenvolvimento de crianças de 5 anos com NEE. Assim para promover uma educação realmente inclusiva, é essencial que as instituições busquem implementar políticas que garantam a disponibilidade desses recursos, pois, somente assim será possível proporcionar um ambiente educacional que respeite e atenda às necessidades de todas as crianças.

Categoria 4 - Participação dos Pais e encarregados de Educação

Nesta categoria procurou-se saber sobre a participação activa dos pais e encarregados de educação de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no processo educativo e nas decisões relacionadas ao apoio especializado, através da implementação de estratégias que promovam

a comunicação aberta, a formação conjunta e a colaboração efectiva. Deste modo, os professores e educadores disseram:

Entrevistado 1. "Infelizmente, a nossa instituição não tem um sistema estruturado para envolver os pais e encarregados educação de crianças com NEE. Não realizamos reuniões regulares ou actividades que incluam as famílias nas decisões sobre o apoio que seus filhos recebem."

Entrevistado 2. "Não temos uma comunicação clara com os pais e encarregados de educação sobre as estratégias de apoio. A maioria das decisões é tomada internamente, e os pais muitas vezes não são consultados sobre o que está sendo feito para ajudar seus filhos."

Entrevistado 3. "A participação dos pais e encarregado educação nas actividades educativas é bastante limitada. A instituição não organiza eventos ou workshops que promovam a interação entre educadores e famílias de crianças com NEE."

Entrevistado 4. "Não há um canal de comunicação estabelecido que permita que os pais expressem suas opiniões ou preocupações sobre o apoio especializado. Isso tem dificultado a colaboração entre a escola e as famílias."

Entrevistado 5. "Acredito que a instituição poderia fazer mais para envolver os pais e encarregados de educação. Até agora, não recebemos feedback ou sugestões sobre o que podemos melhorar para apoiar as crianças com NEE, e isso é preocupante."

Entrevistado 6. "Na verdade, não temos um mecanismo formal que permita aos pais participarem nas decisões sobre o apoio especializado. Isso leva a um sentimento de desconexão entre a escola e as famílias."

Essas respostas dos entrevistados reflectem a percepção de que a instituição não está fazendo o suficiente para envolver os pais e encarregados de educação no processo educativo das crianças com NEE. De acordo com Oliveira (2015), a colaboração entre a instituição educativa e família é fundamental para o desenvolvimento integral de crianças com NEE. Neste sentido, a autora argumenta que a participação activa dos pais e encarregados de educação nas decisões educativas não só promove um ambiente mais inclusivo, mas também melhora o desempenho das crianças. A autora destaca ainda que as instituições devem criar canais de comunicação abertos e constantes com os encarregados de educação, permitindo que eles se sintam parte integrante do processo.

Carvalho (2018), complementa essa ideia ao afirmar que a falta de envolvimento dos pais

e encarregados de educação pode resultar em desinteresse e na percepção de que suas opiniões não são valorizadas. Ela sugere que as instituições de ensino implementem práticas que incentivem a participação dos pais e encarregados de educação, como reuniões regulares, workshops e grupos de apoio, onde eles possam compartilhar suas experiências e contribuir com sugestões.

Contudo, o envolvimento dos pais e encarregados de educação no processo educativo de crianças com NEE é crucial para o sucesso da inclusão. Apesar de muitos pais se sentirem excluídos das decisões, as instituições têm o dever de promover um ambiente que valorize a colaboração. A comunicação efectiva e as oportunidades de participação são essenciais para garantir que as necessidades das crianças sejam atendidas de forma holística.

Categoria 5 - Avanços e Desafios sobre Políticas Educativas voltadas as crianças com NEE

Nesta categoria procurou-se saber sobre os avanços e desafios das políticas educativas voltadas para crianças com NEE, identificando as práticas inclusivas implementadas nas instituições de ensino. Neste sentido, os entrevistados consideraram:

Entrevistado 1: “Nos últimos anos, Angola tem dado passos importantes na legislação sobre educação inclusiva. A aprovação da nova Lei de Educação é um marco, pois estabelece directrizes claras para a inclusão de crianças com NEE nas escolas.”

Entrevistado 2: “A criação de políticas que incentivam a formação de professores em pedagogias inclusivas é um avanço notável. Temos visto um esforço para capacitar educadores a trabalhar com crianças com NEE, o que é fundamental para uma inclusão efectiva.”

Entrevistado 3: “O governo tem investido na construção de infraestruturas escolares acessíveis, o que é crucial. Com a implementação de normas de acessibilidade nas novas escolas, as crianças com deficiências físicas têm mais oportunidades de frequentar a escola regular.”

Entrevistado 4: “As iniciativas de sensibilização e formação da comunidade têm avançado. Campanhas de conscientização sobre as necessidades das crianças com NEE têm sido realizadas, ajudando a mudar a percepção da sociedade sobre a inclusão.”

Entrevistado 5: “Recentemente, a inclusão de directrizes específicas no currí-

culo nacional que abordam as NEE é um grande passo. Isso garante que as necessidades das crianças sejam consideradas em todas as etapas do processo educativo.”

Entrevistado 6: “A participação dos pais e encarregados de educação no desenvolvimento de políticas educativas tem crescido. Com a criação de comitês de pais nas escolas, conseguimos promover um diálogo mais efetivo entre famílias e instituições de ensino sobre as necessidades das crianças com NEE.”

Esses depoimentos permitem inferir uma perspectiva positiva sobre os avanços nas políticas de educação inclusiva em Angola, destacando aspectos legislativos, de formação, infraestrutura e envolvimento da comunidade. Nos últimos anos, Angola tem feito avanços significativos na implementação de políticas de educação inclusiva para crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

O Decreto Executivo nº 5/19, de 30 de janeiro que estabelece directrizes específicas para a implementação da educação inclusiva, detalhando os procedimentos para a identificação e atendimento das NEE nas instituições de ensino, são exemplos de marcos legais de avanços. A par desta tem a Lei nº 10/16, de 16 de junho que estabelece princípios para a educação inclusiva, garantindo que crianças com NEE tenham acesso à educação em igualdade de condições. Ela define o direito a uma educação adequada e de qualidade, enfatizando a necessidade de políticas que integrem essas crianças nas escolas regulares.

Todas estas legislação possibilitou a criação de uma Política Nacional de Educação de Angola que busca promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos, independentemente das suas condições físicas, sociais ou culturais. Ela estabelece directrizes para a criação de ambientes educativos que acolham a diversidade.

Portanto, os avanços na legislação sobre educação inclusiva em Angola nos últimos anos são promissores e indicam um comprometimento do governo em atender às necessidades das crianças com NEE. No entanto, a implementação efectiva dessas leis e políticas ainda enfrenta desafios, como a formação contínua de educadores e a sensibilização da comunidade.

Neste último ponto procurou-se saber dos entrevistados os principais desafios enfrentados pela instituições de ensino na aplicação das políticas educativas voltadas para a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Neste sentido, os entrevistados disseram:

Entrevistado 1: “Um dos maiores desafios que enfrentamos é a falta de infraestrutura adequada na escola. Muitas instituições não estão preparadas para receber alunos com deficiências físicas, o que limita o acesso à educação para essas crianças.”

Entrevistado 2: “A capacitação dos professores é um ponto crítico. Embora existam políticas que promovem a formação em pedagogias inclusivas, muitas vezes os cursos não são acessíveis ou não ocorrem com a frequência necessária. Os educadores se sentem despreparados para lidar com a diversidade na sala de aula.”

Entrevistado 3: “A escassez de recursos financeiros para implementar as políticas educativas é uma grande barreira. Sem investimento em materiais adaptados e na formação contínua de pessoal, fica difícil garantir um ensino de qualidade para os alunos com NEE.”

Entrevistado 4: “Muitas vezes, as famílias das crianças com NEE não são suficientemente envolvidas no processo educativo. A falta de comunicação entre a escola e os pais pode levar a uma ausência de apoio e compreensão sobre as necessidades das crianças.”

Entrevistado 5: “Ainda existem preconceitos e estigmas associados às deficiências na sociedade angolana. Isso se reflete no ambiente escolar, onde algumas crianças com NEE são marginalizadas ou não recebem a atenção que merecem, dificultando sua inclusão.”

Entrevistado 6: “As políticas educativas existem, mas a sua implementação é inconsistente. Em algumas escolas, as diretrizes são seguidas à risca, enquanto em outras, simplesmente não são aplicadas. Isso gera desigualdade no acesso à educação inclusiva.”

Os depoimentos dos entrevistados trazem os desafios multifacetados enfrentados pela instituição educativa que não difere muito da realidade do país na implementação de políticas educativas inclusivas para crianças com NEE. Os desafios enfrentados pelas instituições em Angola na aplicação das políticas educativas voltadas para a inclusão de crianças com NEE são complexos e multifacetados.

Essa perspectiva é defendida por Figueiredo (2018), que considera que um dos principais

desafios à inclusão é a falta de infraestrutura adequada, que dificulta o acesso e a participação plena das crianças com NEE nas actividades educativas. O autor destaca que a construção de instituições acessíveis e equipadas é fundamental para garantir a inclusão efectiva dessas crianças no sistema educativo. Oliveira (2019), aponta que a formação insuficiente dos professores é um dos principais obstáculos à implementação das políticas de inclusão. Ele enfatiza a necessidade de programas de formação contínua que preparem os educadores para enfrentar a diversidade nas salas de aula. O autor também menciona a importância do envolvimento das famílias, argumentando que o fortalecimento da parceria entre a instituição educativa e a família é essencial para o sucesso da inclusão.

Assim sendo, os desafios na aplicação das políticas educativas para a inclusão de crianças com NEE revelam a necessidade de uma abordagem mais holística e integrada. É crucial que o governo e as instituições trabalhem juntos para criar um ambiente que acolha e respeite a diversidade, promovendo uma verdadeira inclusão nas instituições.

Considerações Finais

A análise dos avanços e desafios das políticas educativas em Angola, voltadas para crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), a partir da percepção dos professores e educadores do distrito do Benfica, revela uma realidade com progressos significativos, mas também com desafios importantes. A Educação Especial em Angola está em constante evolução, amparada por um quadro legal e normativo que visa garantir a inclusão de crianças com NEE. Contudo, a implementação das políticas enfrenta obstáculos consideráveis.

Em relação à Educação Especial, o estudo evidencia um compromisso claro com a educação inclusiva e a proteção dos direitos das crianças com NEE. A legislação angolana, incluindo a Constituição e a Lei nº 10/16 sobre Educação, assegura o direito à educação para todas as crianças, incluindo aquelas com NEE. Este marco legal é reforçado por convenções internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que reforçam o compromisso do país com

a promoção de uma educação acessível e adaptada às necessidades dessas crianças.

A Política Educativa angolana tem avançado na inclusão de crianças com NEE, especialmente na Educação Pré-escolar. A criação de um quadro legal adequado e a adesão a tratados internacionais refletem o compromisso do país em integrar as crianças com NEE no sistema educacional. Algumas ações concretas incluem a adaptação do currículo e das infraestruturas escolares para melhor atender às necessidades dessas crianças. Além disso, a implementação de programas de formação de educadores tem se mostrado eficaz, preparando os professores para lidar com a diversidade nas salas de aula e adotarem metodologias inclusivas. A criação de salas de recursos multifuncionais e a adaptação das infraestruturas, como a construção de rampas de acesso e a utilização de tecnologias assistivas, são medidas importantes para melhorar o ambiente escolar e torná-lo mais inclusivo.

Outro avanço positivo é o investimento contínuo na formação de professores especializados em Educação Especial. Esse esforço tem possibilitado uma abordagem mais eficaz no atendimento às crianças com NEE. A capacitação em metodologias inclusivas permite que os educadores ofereçam uma educação personalizada, respeitando as necessidades de cada criança. A formação contínua dos educadores e a melhoria das infraestruturas escolares são essenciais para garantir que todas as crianças, independentemente das suas necessidades, possam alcançar seu potencial máximo.

Entretanto, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios substanciais. Um dos principais obstáculos é a falta de supervisão eficaz por parte dos departamentos ministeriais e provinciais. A ausência de fiscalização compromete o cumprimento das leis e diretrizes estabelecidas, prejudicando o direito das crianças a uma educação inclusiva de qualidade. Outro problema relevante é a insuficiência de recursos e infraestruturas adequadas nas escolas. Muitas instituições não têm rampas de acesso, materiais pedagógicos especializados nem tecnologias assistivas, o que limita a participação das crianças com NEE nas atividades escolares e prejudica seu desenvolvimento integral. Esses problemas não só dificultam a inclusão, mas também comprometem o progresso acadêmico e social das crianças, que necessitam de um ambiente adaptado às suas especificidades.

Além disso, a formação inadequada de professores para o trabalho com crianças com NEE

também se configura como um desafio. Muitos educadores não têm as competências necessárias para adaptar suas práticas pedagógicas às diversas necessidades dessas crianças. A falta de programas de formação contínua e de apoio especializado nas escolas limita a implementação de estratégias inclusivas eficazes, impedindo que o ambiente escolar favoreça o desenvolvimento dessas crianças.

Outro desafio significativo é a falta de conscientização social e o estigma em torno das crianças com deficiências. Isso dificulta a plena inclusão delas na sociedade e nas escolas. O envolvimento das famílias no processo educativo também é insuficiente, o que agrava a situação. Para superar esses desafios, é necessário um maior investimento em formação contínua de educadores, melhoria das infraestruturas escolares, disponibilização de recursos pedagógicos adequados e a promoção de campanhas de sensibilização social. A articulação entre as escolas, famílias e comunidades é essencial para garantir uma inclusão mais eficaz.

Em suma, embora se perceba uma trajetória de avanços na inclusão educacional das crianças com NEE, como relatado pelos professores e educadores do distrito do Benfica, as barreiras estruturais e sociais ainda são obstáculos significativos. Para superar essas dificuldades, será crucial um investimento contínuo na formação dos educadores, na melhoria das condições das escolas e na promoção de uma conscientização social mais ampla sobre a importância da inclusão. O país deve fortalecer suas políticas educativas para garantir uma inclusão mais eficaz e acessível a todas as crianças com NEE.

Referências Bibliográficas

Almeida, F. G. (2017). Perfil do Docente de Educação Especial. Pró-Inclusão.

Angola (2018). Plano de Desenvolvimento Nacional (2018-2022). Luanda: Ministério da Economia e do Planeamento.

Angola. Circular n.º 56, de 19 de outubro. Criar a Educação Especial em Angola.

Angola. Decreto Executivo nº 5/19, de 30 de janeiro de 2019. Diretrizes para a Educação Inclusiva. Luanda.

Angola. Decreto Presidencial nº 187/17, de 16 de agosto de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar. Diário da República de Angola: I série, Luanda, n. 140, p. 3673-3693, 16 ago. 2017.

Angola. Decreto-Lei n.º 7/03 de 17 de junho, Diário da República, I Série nº4717.06.2003 que aprova o estatuto orgânico do Ministério da Educação.

Angola. Lei complementar nº 30/20, de 12 de agosto. Altera a Lei nº 17/16, de 7 de outubro de 2020. Lei de Bases do Sistema de educação e Ensino. Diário da República de Angola: I série, Luanda, n. 123, p. 4423-4431, 12 ago. 2020.

Angola. Lei n.º 17/16 de 7 de outubro. (2016). Lei de Bases do Sistema de Educação. Luanda: Assembleia Nacional da República de Angola.

Angola. Lei nº 10/16 de 27 de julho de 2016. Estabelece as normas gerais, condições e critérios de acessibilidades para as pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada. Diário da República de Angola: I série, Luanda, n. 125, p. 3137-3206, 27 jul. 2016b.

Angola. Lei nº 21/12 de 30 de julho. Estabelece a lei da pessoa com deficiência. Diário da República de Angola: I série, Luanda, n. 145, p. 3256-3263, 30 jul. 2012.

Angola. Lei nº.17/16 de 7 de outubro de 2016. Lei de Base de Sistema da Educação e Ensino. Diário da República, nº 170 - I Série. Assembleia Nacional de Angola. Luanda.

Bardin, L. (2004). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70

Bogdan, R. & Biklen, S. (2013). Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora.

Bogdan, R. Bilklen, S. (1994). Investigação Qualitativa em Educação. Porto: Porto Editora.

Carvalho, D. (2018). A Participação dos Pais na Educação de Crianças com Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Editora ABC.

Cunha, P. M., (Coord.), Alves, A. P., Cruz, I., & Duarte, L. (2014). Relatório do grupo de trabalho sobre Educação Especial. Ministério da Educação e Ciência, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Ferreira, P. (2012). A Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais: Um Desafio para a Educação. Lisboa: Edições Sílabo.

Figueiredo, M.da Luz. (2018). Educação Inclusiva em Angola: Desafios e Perspectivas. Luanda: Editora Angolana.

INEE (2006). Plano estratégico de desenvolvimento da educação especial em Angola 2007-2015 Luanda: Instituto Nacional de Educação Especial, 2006.

Instituto Nacional para a Educação Especial (2006), Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola 2007-2015. Luanda, Centro de Documentação e Informação/CDI, Ministério da Educação de Angola.

Kassar, M. C. M. (2011). Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?. Autores Associados.

Machado, R. (2009). Educação especial na escola inclusiva: Políticas, paradigmas e práticas. Cortez.

Magalhães, A. M. (2012). Pensar as diferenças. Contributos para a Educação Inclusiva. Em D. Rodrigues (Coord.), Educação Inclusiva. Dos Conceitos às Práticas de Formação (2ª ed.). Instituto Piaget.

Mantoan, M. T. E. (2003). Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?. Moderna.

Mittler, P. (2000). Working towards inclusive education: Social contexts. David Fulton Publishers.

Oliveira, M. (2015). Educação Inclusiva: A Importância da Parceria Escola-Família. São Paulo: Editora XYZ.

Pereira, A. B. (2015). Formação de professores para a educação profissional: entre memórias e práticas. Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

Sacristán, J. G. (2001). A educação obrigatória: Seu sentido educativo e social. Artmed.

Sampieri, R., Callado, C. F., & Lucio, P. B. (2010). Metodologia de la investigacion (5ª ed.). México: McGraw-Hill.

Santos, B.F. (2014). Educação Especial: Desafios em busca da inclusão. Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 23, n. 2, p. 122-152.

Vygotsky, L. S. (1988). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

